

Questões contemporâneas no cotidiano da universidade

algumas implicações temporais

Fábio Nieto Lopez
Sônia Maria Rocha Sampaio

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPEZ, FN., and SAMPAIO, SMR. Questões contemporâneas no cotidiano da universidade: algumas implicações temporais. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 71-91. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

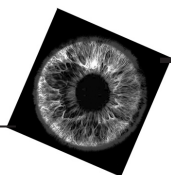


All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS
NO COTIDIANO DA UNIVERSIDADE
algumas implicações temporais



FÁBIO NIETO LOPEZ
SÔNIA MARIA ROCHA SAMPAIO

O debate sobre a universidade, com frequência, passa ao largo das questões que a contemporaneidade nos coloca, como as novas e, por vezes, impositivas maneiras de lidarmos com o cotidiano e com as instituições. De fato, se pensar a universidade ainda é tarefa para poucos interessados, incluir nessa agenda as implicações das atuais transformações macroeconômicas, tecnológicas, culturais e políticas, parece tornar mais árida a discussão e restringir muito os interlocutores.

Por outro lado, é possível perceber as consequências profundas de aspectos como o tempo e o espaço em modalidades fundamentais do funcionamento tanto das instituições quanto do nosso cotidiano. Além disso, há constantes referências às transformações tempo-espaciais nas teorias da contemporaneidade, que afetam, decisivamente, a universidade e as relações sociais no seu interior.

Defende-se, nesse texto, a necessidade de se considerar questões da contemporaneidade para aprofundar discussões relativas à entrada dos estudantes na vida universitária, assim como todo o seu processo de afiliação à nova instituição onde ingressam. Como ponto fundamental de estudo, escolhe-se, mais especificamente, as questões do tempo, compreendidas, atualmente, em intensa transformação e com implicações diretas na vida dos estudantes, assim como na economia global e, portanto, na universidade como um todo.

Nesse momento, tratar somente do tempo torna-se uma restrição circunstancial desse capítulo, por não ser possível abarcar também aprofundamentos sobre as questões do espaço, por mais que estas sejam entrelaçadas com as questões do tempo e, exatamente por esse motivo, mais de uma vez sejam tocadas aqui.

A UNIVERSIDADE E A CONTEMPORANEIDADE

As últimas décadas trouxeram implicações profundas, do ponto de vista macroeconômico e social, afetando diversas esferas e instituições. A universidade não escapou a essas tensões e mudanças contemporâneas, que envolvem a sociedade como um todo, e, como seria de se esperar, atravessaram seu muro afetando também sua estrutura e relações com sua população.

Santos (2005), no intuito de pensar a universidade, retoma os últimos acontecimentos, desde meados da década de 90 até o ano de 2005, analisando os impactos das questões macroeconômicas nos Estados Nacionais, e nas relações destes com as universidades públicas e particulares. Podemos observar, no pensamento do autor, o desenrolar de questões contemporâneas postas à universidade que geraram crise em sua condição até então intocada e lustrosa¹.

1 Boaventura (2005) destaca três crises específicas da universidade: Crise de Hegemonia – A partir da incapacidade da universidade dar conta das novas demandas, o Estado e o mercado recorrem a alternativas fora da universidade; Crise de Legitimidade – Ocorre quando a universidade deixa de ser uma instituição consensual, e passa a ser questionada tanto pelas restrições ao acesso de seus saberes quanto pela distância e descompro-

No interior desse marcador temporal, o autor observa a consolidação mundial do modelo neoliberal de capitalismo, que acaba por pressionar os Estados Nacionais a reduzirem, drasticamente, suas prioridades sociais e seus compromissos políticos com a educação, a saúde e a previdência. As universidades públicas, por sua vez, passaram por um processo de descapitalização e, em diversos países, foram privatizadas ou tiveram que competir com instituições privadas nacionais e, depois, transnacionais, em disputa pelo novo serviço à disposição do mercado – o serviço universitário. Assim, em poucas décadas, a universidade e o ensino perderam a condição de bem público, para tornarem-se apenas um bem, e, como tal, passível de produção, distribuição e comercialização, por parte de seus produtores, e de uso e consumo por parte da sua clientela.

Ainda segundo Santos (2005), a universidade passa, então, a ser entendida na mesma lógica da globalização e a ser vista e gerida segundo as mesmas bases de uma empresa, no paradigma de maximizar rentabilidade, servindo como incubadora de novos serviços e como fornecedora de capital humano para a economia de serviços e da sociedade da informação, onde a educação assume um lugar de destaque. Grandes instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, através de seus empréstimos financeiros, pressionam os países, em seus acordos comerciais, a adotarem medidas que se ajustem a um regime geral de serviços mundiais, abrindo as fronteiras dessas nações para a comercialização da educação, entendida agora como um serviço como os demais.

Assim como Santos (2005), Almeida Filho (2007) considera as questões macroeconômicas envolvidas na contemporaneidade, entendendo que esses processos interferem no cotidiano universitário. Nessas obras, tanto o primeiro quanto o segundo autor discutem propostas

.....
misso com questões sociais; Crise Institucional – Quando se estabelece a contradição entre a autonomia universitária nas definições de suas funções e objetivos e as pressões crescentes para se submeter a critérios diferentes dos seus, como eficácia, produtividade empresarial e responsabilidade social.

para outra universidade, desta vez mais porosa às questões sociais, mais comprometida com suas comunidades, com os destinos políticos do país, defendendo que os Estados Nacionais resgatem os compromissos sociais com suas populações, ao garantirem, entre outras coisas, acesso, permanência e qualidade na educação.

Na análise de Bauman (2001), o imperativo atual é o de ser leve, líquido e operar o derretimento dos sólidos que atrapalham a consolidação de uma contemporaneidade fluida, de característica cambiante, móvel, inconstante e imprevisível. Derreter os sólidos significa eliminar as obrigações e embaraços das empresas com a família, e com as questões éticas, políticas e culturais, para deixar somente o dinheiro entre seus assuntos. Para o autor, as transformações que suscitaram a “modernidade fluida” possuem impacto profundo na condição humana e, um dos principais pontos para se investigar essas novas condições, são as questões de tempo-espaço, apesar de existirem outros “marcadores” que podem ser utilizados. Bauman (2001, p. 15), no entanto, insiste que a relação cambiante entre o espaço e o tempo é a “diferença que faz a diferença”:

A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos num estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca.

De modo semelhante, posiciona-se David Harvey (2009), ao defender a tese de que as mudanças abissais que ocorreram na política, na economia e na cultura, imprimiram novas maneiras pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora nenhum desses autores defenda a primazia das condições de tempo-espaço sobre os outros fatores envolvidos nas mudanças contemporâneas, a análise produzida por eles, sobre as implicações dessa dimensão específica, contribui, signi-

ficativamente, para aprofundar as observações sobre seus impactos em nossas relações cotidianas.

QUESTÕES ACERCA DO TEMPO

A história do tempo começou com a modernidade

BAUMAN, 2001, p. 128

Em uma conhecida passagem, Santo Agostinho (1999, p. 322) esforça-se em desvendar os enigmas do tempo, tentando compreendê-lo filosoficamente nessa obra escrita no século IV, entre 397 e 398:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e agora nada houvesse, não existiria o tempo presente.

A ansiedade e dúvida sobre a definição do tempo, como um bom problema filosófico, chegaram até nossos dias, assim como a relativa indiferença no modo como o tema é tratado. Como afirma David Harvey (2009), o tempo e o espaço, por serem categorias básicas da existência humana, deixam de ser problematizados e, raramente, recebem investigações mais criteriosas, ficando a cargo de atribuições do senso comum ou autoevidentes.

Concordando com Santo Agostinho, Norbert Elias (1998, p. 7), compreende a complexidade da tarefa de se definir o tempo, e, ao mesmo tempo, da necessidade de entendermos melhor os problemas a ele relacionados para aprendermos sobre a humanidade e suas relações:

“Mas o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor”.

De modo semelhante, André Comte-Sponville (2006, p. 17) compartilha com o filósofo Santo Agostinho as mesmas angústias:

O tempo parece indefinível, inapreensível, como se só existisse em sua fuga, como se só aparecesse com a condição de sempre desaparecer, e tanto mais obscuro como conceito quanto mais como experiência. É uma evidência e um mistério: ele só se revela ocultando-se; só se entrega em sua perda; só se impõe a todos no próprio movimento pelo qual de todos escapa.

Embora o constrangimento angustiante que o tempo impõe ao pensamento filosófico e as dificuldades de apreendê-lo, Comte-Sponville (2006) opera uma distinção importante entre o tempo da consciência (ou o tempo da alma, tempo subjetivo), e o tempo real (do mundo, natural, objetivo). O relógio seria um mecanismo que mensura o tempo real. Como nos diz Elias (1998), os relógios são padronizações de nossa sociedade em que processos físicos são decompostos em horas e minutos, unidades com regularidade recorrente. A partir dessa padronização, torna-se possível a comparação entre dois eventos distintos quanto à extensão dos minutos e das horas.

Ainda sem nossos relógios modernos ou outros recursos técnicos para auxiliá-lo na angústia de não se conseguir medir o tempo, Santo Agostinho (1999, p. 329) confessa: “O meu espírito arde em ânsias de compreender este enigma tão complicado.” Santo Agostinho (1999) relaciona inicialmente o tempo com o movimento dos corpos no espaço e na comparação entre diferentes durações, mas logo refuta a possibilidade de se conhecer a duração do tempo através desse princípio, uma vez que poderíamos utilizar o próprio tempo para medir o movimento ou a ausência dele. Assim, se um corpo manteve-se parado, poderia se afirmar que ele permaneceu parado por tanto tempo. Em uma tentativa de classificação, o autor determina três categorias: passado, presente e futuro, mas também o tempo “breve” e o tempo “longo”.

Retomando as ideias de Comte-Sponville (2006), o tempo da consciência (da alma, subjetivo, do coração) é aquele em que a duração dos eventos é pesada segundo o prazer ou a dor de nosso mundo interior, passando mais ou menos depressa, a depender desse critério subjetivo, e aqui podemos pensar na distinção feita por Santo Agostinho (1999) entre o tempo breve e o tempo longo. Esse tempo da consciência é múltiplo, heterogêneo, desigual. Como lembra Norbert Elias (1998), dois discursos seguidos um do outro, com a mesma duração real, podem ter tempos subjetivos muito diferentes.

Segundo Comte-Sponville (2006), o tempo da consciência é a sucessão do passado, presente e futuro, mas, para o tempo real, o futuro não existe porque ainda não é, e o passado não existe, uma vez que já não é. O presente, para o tempo real, é um ponto de tempo sem nenhuma extensão de duração, portanto já nem seria tempo: “O tempo é essa abolição de tudo, que parece abolir a si mesma: a fuga do tempo é o próprio tempo” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 19). Desta forma, sem a alma, só haveria esse fragmento de tempo, o presente perpétuo, e, segundo o autor, se não houvesse mais do que o presente não haveria tempo. É a alma que faz existir o tempo, que liga algo que passou com o que ainda pode vir; é a alma “[...] a única capaz de fazer existir juntos, numa mesma presença de si, um antes e um depois [...]” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 29). A esse tempo, com passado, presente e futuro, o autor chama de temporalidade.

Comte-Sponville (2006) retoma, então, as noções de tempo para Aristóteles (apud COMTE-SPONVILLE, 2006), que entende a existência do tempo em relação à mudança: quando distinguimos uma mudança, aí percebemos a passagem do tempo. Assim, não haveria passagem de tempo sem movimento ou mudança. Essa noção de Aristóteles também pode nos ajudar a pensar as questões de tempo-espço na contemporaneidade devido à sua relação estreita com o movimento e a mudança. Ainda no âmbito filosófico, poderíamos pensar que a percepção da compressão de tempo-espço é disparada, não somente pela crescente velocidade do giro de mercadorias e de capitais, pela flexibilização da

economia e das relações de trabalho, mas, também, na impressionante sensação de parque de diversões que experimentamos, atualmente, submetidos que somos à sucessão veloz e incessante de mudanças, fragmentações e movimento. Na vertigem da velocidade e da flexibilização das estruturas, como destacam Bauman e David Harvey (2009), a experiência de tempo-espaço é alterada significativamente.

As noções de longe, perto, cedo e tarde, segundo Bauman (2001), quando ainda não havia sido rompida a relação íntima entre tempo e espaço, traziam as noções do quanto de esforço era necessário para se percorrer uma determinada distância. Assim, quem colocava o limite era a capacidade humana ou animal para transpor um espaço. Com a construção de veículos mais velozes que a capacidade humana e animal, essa noção se rompe e passa a ser contabilizada como uma questão técnica, uma vez que os veículos podem ser cada vez mais aperfeiçoados. O tempo passa a ser o elemento dinâmico na relação de tempo e espaço, porque pode ser mudado e manipulado com as novas técnicas, passando a ser uma ferramenta para se vencer as resistências do espaço, encurtando distâncias. Em analogia inspirada, Bauman (2001) declara essa relação estreita entre as novas questões temporais e a contemporaneidade, ao dizer que a modernidade nasceu sob as estrelas da aceleração e da conquista de terras, e essas estrelas formam uma constelação que contém toda a informação sobre seu caráter, conduta e destino.

Continuando sua análise, Bauman (2001) analisa que o tempo é fator fundamental nas novas composições, porque ele se tornou dinâmico e passa a ser utilizado como ferramenta para vencer o espaço, encurtando distâncias através do tempo acelerado que as máquinas, cada vez mais velozes, proporcionam. Por um determinado momento, na “modernidade pesada”, a conquista de grandes faixas territoriais e a manutenção desses espaços a todo custo foi a tônica das relações de poder, mas, com a “modernidade leve”, o modelo “quanto maior, melhor” torna-se cada vez mais desajeitado. Na “modernidade leve”, com as novas tecnologias, que conseguem operar na velocidade da luz, o espaço perdeu quase completamente o seu valor, a ponto de se desmancharem

as distinções entre o “longe” e o “perto”: ambos podem ser acessados instantaneamente por quem acessa o tempo veloz. Se todas as partes do globo podem ser acessadas, visitadas e abandonadas, o espaço, em si, é desvalorizado, já que não há lugar privilegiado, nem especial.

Ainda pensando em diferentes conceitos para discutir as relações contemporâneas com o tempo e espaço, importante trazer as contribuições de Giddens (1989), principalmente de seu conceito de “convergência de tempo-espaço”, segundo o qual as distâncias são estabelecidas em função do tempo necessário para mover-se entre as diferentes localizações e, não exatamente, em uma relação com a medição da quilometragem. O exemplo que o autor traz se refere ao tempo necessário para atravessar da Costa Leste à Costa Oeste dos Estados Unidos, cuja viagem, a pé, levaria mais de dois anos; a cavalo, oito meses; de trem, em 1910, quatro dias; e, atualmente, de avião, cinco horas e, se for a jato, apenas duas horas. Observa-se que a tecnologia dos transportes opera radicalmente na convergência de tempo-espaço, mas que a isso se impõe o acesso que o grupo ou o indivíduo possui sobre esse recurso, tanto financeiro quanto da disponibilidade de assentos, como ilustra o autor: “[...] um trem expresso pode ligar duas cidades num tempo de três horas. Mas a disponibilidade de lugares pode ser limitada, mesmo para aqueles que podem e estão dispostos a pagar”. (GIDDENS, 1989, p.92)

Milton Santos (2008) acentua a necessidade de um olhar crítico sobre algumas fábulas criadas sobre a globalização e a contemporaneidade, como a criação do termo “aldeia-global” e a concepção de que existe um encurtamento das distâncias, pontuando que isso apenas ocorre para aqueles que têm acesso aos recursos ou podem pagar por eles, seja nos transportes, seja nas informações.

Assim, por exemplo, um estudante que sai da cidade de Madre de Deus, pequena ilha com pouco mais de 11 quilômetros quadrados e apenas 15.432 habitantes, em 2007, segundo dados do IBGE, teria, à sua disposição, trinta e nove opções de horários de viagem durante o dia, tanto para ir quanto para voltar de Salvador, além de outros dois ônibus disponibilizados pela prefeitura da cidade aos estudantes, que atendem

aos que estudam pela manhã e pela noite. Aqueles que estudam à tarde recebem vale-transporte. Nota-se, portanto, que um estudante dessa pequena cidade possui acesso ao transporte e encontra-se em uma relação de estreita convergência tempo-espacial com Salvador e, muito provavelmente, tanto ele como seus familiares e amigos, já visitaram a cidade em momentos anteriores à entrada dele na universidade.

Por outro lado, um estudante que chega de uma cidade com menor acesso à capital, terá em seu histórico pessoal, familiar e das pessoas com quem partilha esse território, poucas visitas, vivências e vínculos com uma metrópole. Observa-se um estranhamento, tanto na chegada daquele que migra, quanto em seu retorno após um momento de afiliação à nova cidade. Ecléa Bosi (1987, p. 75) nos traz seu exemplo, ao relatar nesse fragmento, com os olhos da cidade grande, sua pequena comunidade de origem:

Há casas em cidades tranqüilas em que o tempo parou; o relógio das salas é o mesmo que pulsava antigamente e as pessoas que pisam as tábuas largas do assoalho conservam um forte estilo de vida que nos surpreende pela continuidade. Ainda na Semana Santa, em minha cidade, o jejum da “sexta-feira maior” é preparado dias antes com abundante comezaina (menos carne) para a penitência do grande dia. A farinha de milho do cuscuz é preparada pelos mesmos processos, exposta, vendida, cozinhada e comida com a mesma unção. E o manto do Senhor Morto das procissões é feito cada ano por mãos diferentes de costureiras, mas não é o mesmo gesto, a mesma devoção, o mesmo arrebatamento estético que absolutamente não são mais dos dias de hoje?

Aqui se observa a contribuição de Aristóteles, entendendo a passagem de tempo através das mudanças. Ecléa Bosi (1987), ao visitar sua cidade de origem, não encontrou muitas mudanças, mas sim uma surpreendente continuidade dos preparos, dos costumes e até mesmo dos gestos, dando-lhe a impressão de que o tempo parou, apesar do esforço do velho relógio das salas em querer demonstrar o tempo objetivo, ininterrupto, sempre-presente, inabalável.

O TEMPO, A CONTEMPORANEIDADE E O COTIDIANO

Para Coulon (2008), quando da entrada dos estudantes na vida universitária, entram em jogo três modalidades diferentes, todas fundamentais no processo de afiliação do estudante ao contexto universitário e que sofreram intensas transformações nessa passagem ao ensino superior, que são as questões de tempo, de espaço e das regras do saber. Questões relativas ao espaço e ao tempo são importantes em todo o processo de afiliação, nas relações práticas da vida do estudante: prazos das provas, das inscrições, das matrículas, tempo das aulas dilatado, volume de estudo, ritmo de trabalho, espaços de convivência, distâncias entre instituições, deslocamentos, universidade como um espaço imenso perto dos colégios, dificuldades de localização.

Para Harvey (2009), têm-se vivido duas décadas de intensa “compressão do tempo-espaço” que tem impacto direto sobre as práticas políticas e econômicas, bem como sobre a vida social e cultural. O autor aponta como importante, nesse processo, a aceleração do tempo de giro do capital, uma solução encontrada para os graves problemas do fordismo da década de 70, que teve inúmeras consequências para os trabalhadores, como a aceleração da desqualificação e da requalificação, para se atender às novas necessidades do trabalho. Com a necessidade de maior velocidade no giro da produção, tornou-se evidente a urgência da aceleração do consumo, da racionalização das técnicas de distribuição, da circulação de mercadorias, e das condições de pagamento. Para possibilitar esse processo, investiu-se na mobilização da moda em mercados de massa em oposição aos mercados de elite, e uma diminuição do “tempo de vida” dos bens e dos serviços.

Ainda segundo Harvey (2009), essas mudanças e acelerações trouxeram diversas consequências para as maneiras pós-modernas de pensar, sentir e agir, tais como: o acento na volatilidade e efemeridade de tudo (modas, produtos, valores, ideias, trabalho, práticas); a instantaneidade (de alimentos, de refeições); a descartabilidade (guardanapos, pratos, estilos de vida, relacionamentos etc.); o bloqueio dos estímulos sensoriais; a negação e o cultivo da atitude *blasé*; a especialização

míope; a dificuldade em planejamentos de longo prazo; a manipulação do gosto e da opinião.

O tempo cada vez mais é visto pela perspectiva de sua escassez e de seu valor de mercado, constituindo-se moeda de troca que se empenha, basicamente, para alcançar recursos financeiros. O emprego do tempo tem-se justificado na medida em que este aproxima o indivíduo de seus objetos de desejo, renovados pela publicidade e pelo mercado de consumo, sempre mais velozmente do que a capacidade de compra. Somados a isso, os altos índices de desemprego, a instabilidade do mercado e a conseqüente insegurança dos trabalhos temporários levam o trabalhador a uma busca infinita por especialização e formação continuada, que o coloca em situação de competitividade entre seus iguais, que acabam por consumir as últimas migalhas de tempo a que teriam direito.

A relação dos indivíduos entre si, com a cidade ou com os espaços de modo geral, está comprometida com esse contexto tenso de deslocamentos acelerados pelas vias rápidas disponíveis. A permanência, nesse caso, opera como desperdício, como erro estratégico, por ter escolhido ruas engarrafadas ou horários de intensa circulação. O interesse não repousa nos locais de passagem, mas exclusivamente nos pontos de chegada, que, por sua vez, nunca garantem repouso, mas somente uma estação de partida para a próxima viagem.

Habitados com a velocidade e com a pressa, nossos olhares perdem a capacidade de se ocupar com os detalhes, e desenvolvemos uma intolerância em aguardar ou depender de processos mais lentos do que a instantaneidade com que estamos nos acostumando. Olhares daqueles que chegam de outros contextos, que estão com suas expectativas e objetividades em suspensão, mesmo que provisoriamente, acabam por trazer informações valiosas, invisíveis e muitas vezes embaraçosas para aqueles habitados na rotina do local. Assim ocorre com os estrangeiros, sejam eles turistas, crianças ou palhaços, que acabam por oferecer visões muito deslocadas daquelas a que nos acostumamos coletivamente.

Bosi (1987), ao falar sobre a narração, comenta que a arte de narrar vai decaindo com o triunfo da informação de imprensa, que não é pesada e medida pelo bom senso do leitor, como também possui uma descartabilidade imediata, uma vez que só é atraente enquanto novidade, enquanto que a narração está concentrada em limites “como a da semente e se expandirá por tempo indefinido” (BOSI, 1987, p. 87). A autora também comenta a falta de memória que afeta o receptor da comunicação de massa, justamente pelo “[...] excesso de informações que saturam sua fome de conhecer, incham sem nutrir, pois não há lenta mastigação e assimilação”. (BOSI, 1987, p. 87)

Larrosa (2002) e Bosi (1987) observam que o homem contemporâneo encontra-se tão ocupado com o excesso de informações, que perdeu a capacidade da escuta atenta, do silêncio e da memória. A produção de memória estaria comprometida devido às características dessas informações vinculadas, que de tão efêmeras, não deixariam marcas suficientes em seus ouvintes para sua rememoração além dos instantes imediatos. Ao invés disso, toda a atenção se deslocaria à próxima informação. Para Bosi, “O homem moderno não cultiva o que ele pode simplificar e abreviar [...]” (1987, p. 88). Milton Santos (2008) traz para esse diálogo a compreensão de que esse processo é fundamental no funcionamento atual da economia global, interligada com a produção de informação, com a publicidade, a violência, a competitividade, e a compressão de tempo-espço. Intrincada com a publicidade, a difusão imediata de notícias não tem compromisso em informar as pessoas, mas antes de confundi-las, e, assim, dominá-las. Esse domínio pela informação e pela “confusão dos espíritos” aparece na adesão irrestrita dos “consumidores” à tirania do dinheiro, do consumo, da informação, e da competitividade. De um lado, a competitividade comandando nossas formas de ação, e do outro, o consumismo comandando nossas formas de inação (SANTOS, M., 2008).

A concorrência que existia anteriormente foi substituída pela competitividade. A guerra é a norma nesse novo modo de convivência, que se torna regra entre as pessoas, elimina toda forma de compaixão

e impele, a todo custo, um indivíduo a vencer o outro, esmagando-o para tomar seu lugar. Como base desse processo, o autor aponta o individualismo arrebatador que constitui o outro como coisa, a perda de influência da filosofia na formulação das ciências sociais, o abandono da solidariedade, da educação e o aumento do desemprego, gerando uma violência estrutural. (SANTOS, M., 2008)

Em decorrência do consumismo e da competitividade, Milton Santos (2008) observa um emagrecimento moral e intelectual das pessoas, borrando a distinção entre ser cidadão e ser consumidor, muito embora, segundo ele, no Brasil, nunca existiu a figura do cidadão, porque os pobres jamais puderam ser cidadãos, e os ricos e aqueles que pertencem à classe média jamais quiseram ser cidadãos, foram condicionados a apenas querer privilégios e não direitos.

As consequências pessoais do trabalho no capitalismo flexível foram discutidas por Sennett (2008), e caminham na mesma direção dos argumentos apresentados até agora. A nova lógica da flexibilidade trouxe novas maneiras de organizar o tempo que influenciam diretamente a vida das pessoas. Sennett (2008) afirma que, acima de tudo, é a dimensão do tempo no novo capitalismo que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas, e não a transmissão de dados *high-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio. Criou-se um lema no mundo dos negócios de que “não há longo prazo”, sendo assim, as empresas fundem-se, fragmentam-se, despedem, contratam, sem os compromissos sociais sobre os quais já falamos anteriormente. Esse lema, no cotidiano dos laços afetivos, das amizades ou da família, para o autor, significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar, além de corroer a confiança, a lealdade, o compromisso mútuo, e o caráter: “[...] o capitalismo de curto prazo corrói o caráter [...], sobretudo, aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão, a cada um deles, um senso de identidade sustentável [...]”. (SENNETT, 2008, p. 27)

Bauman (2001) contribui para o entendimento do esvaziamento dos pactos coletivos, entendendo que há uma redefinição da esfera

pública como um palco de dramas privados, publicamente expostos e assistidos. A política, que outrora era a atividade de tradução dos problemas privados em questões públicas e destas em problemas privados, desaparece, porque o simples fato de se exporem questões individuais não a transforma em categoria mais ampla. As questões, hoje consideradas públicas, são os escândalos, “problemas privados de figuras públicas”, encenados em larga escala através dos “espetáculos de sinceridade” – rituais de perguntas pessoais e confissões –, cujos atores sob os holofotes são esportistas, estrelas do cinema, ministros do governo. Com a fragilidade das questões públicas e o imperativo de criar-se a si mesmo em um universo imenso de possibilidades e direções, Bauman (2001) compreende que essa tarefa comum a todos, mas individualizada como compromisso pessoal e intransferível, induz à competição ríspida e fragiliza as possibilidades de cooperação e de solidariedade.

O fim da era do engajamento mútuo, com a desintegração da rede social, das ações coletivas, não é apenas o resultado de uma nova técnica de poder, mas antes a condição desse novo modelo. As redes afetivas funcionam como barreiras para um poder que se quer fluido, desengajado, fugaz, livre de cercas e de fronteiras. (BAUMAN, 2001)

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Pensar a universidade hoje é pensar a contemporaneidade e as relações estreitas que esta possui com macroestruturas e com nosso cotidiano. A universidade, ao permanecer à parte das discussões que envolvem a consolidação do capitalismo flexível, da globalização, dos mercados transnacionais e dos impactos dessas forças em sua nova condição diante do Estado e da sociedade, ata suas mãos às vontades alheias aos seus interesses, sem compreender, sem discutir, e, portanto, sem se posicionar no novo contexto que já se encontra instaurado².

Desta forma, no estudo das relações da universidade com seus estudantes, e destes entre si, a instituição e a produção de conhecimen-

2 Quanto às propostas para a universidade, ver Santos, 2005.

to também necessitam ser consideradas no interior de uma discussão mais ampla, que leve em conta as novas práticas, discursos e forças, que percorrem as ruas e, sem cerimônia, já se encontram há muito tempo nas salas de aula, nas bibliotecas, cantinas e residências universitárias.

Se as questões de tempo e de espaço estão profundamente alteradas na contemporaneidade, isso certamente afeta a vida universitária. Os estudantes, os professores, os funcionários, estão expostos cotidianamente, por exemplo, ao que Harvey (2009) chamou de “tempo industrial”, que, associado a vigorosos ritmos de mudança tecnológica, imprime um impulso geral sempre para a frente e para o alto, num padrão único e irresistível da flecha do movimento do tempo.

Lançados na velocidade vertiginosa da aceleração contemporânea, em busca de algo sempre distante de nossos pés, Bauman (2001) e Larrosa (2002) nos lembram de que ser moderno é ser incapaz de parar e de ficar parado. A corrida vale por si mesma, e, por mais cansativa que seja, a pista é sempre um lugar mais agradável do que a linha de chegada.

A cidade, como a própria vida do **sujeito**, foi transformada em pista de corrida, sem descanso, sem lugar seguro, sem alvo que não se movimente mais veloz do que suas forças, sem vontade que se realize mais depressa do que as novas ofertas na prateleira do consumo, sem especialização que se conclua antes dos novos cursos “indispensáveis” no rentável comércio da educação. A competitividade e o individualismo, nessa ambiência, tornaram-se lugar comum, natural, corriqueiro, mas estão esfazendo as relações de confiança, lealdade, cumplicidade, compromisso mútuo e de possibilidade de ações coletivas sobre as questões públicas.

Assim, como pensar um estudante que não atravesse as mesmas questões no fazer acadêmico, e, portanto, no processo de tornar-se estudante? Correr mais depressa de que os outros estudantes é uma tarefa a mais na agenda? Vivenciar os espaços acadêmicos se empobrece a ponto de se tornar, cada vez mais, uma disputa por um lugar na fila, para reproduzir um texto; pegar um livro na biblioteca, antes que os

demais peguem todos; participar de uma competição velada, em que se colecionam certificados para o currículo, em que se omitem informações de oportunidade de estágio, de bolsa de estudos, de intercâmbio?

Uma das bases dessa competição no contexto brasileiro é de que não há vagas para todos. O acesso à educação universitária já é restrito e difícil, mas a disputa continua mesmo após se vencer essa primeira barreira, quando o estudante se depara com a necessidade de utilizar os bens de que a instituição dispõe, como as vagas de estágio, as bolsas de estudo, as bolsas alimentação, os livros na biblioteca, as vagas em um curso etc. De modo muito semelhante, observa-se essa mesma disputa espacial com relação aos leitos de um hospital, às vagas nas escolas públicas, nas creches (universitárias ou não), e até mesmo nas penitenciárias superlotadas. Cotidianamente, os carros disputam milimetricamente os espaços nas ruas congestionadas, os usuários de restaurantes disputam o número sempre insuficiente de mesas, os carros disputam vagas para estacionar, em uma corrida impulsionada pela certeza de que não há lugar para todos. Assim, assistimos à gentileza e à cidadania serem corroídas por forças brutais, masculinizadas, impositivas, intolerantes com a demora, com a deficiência e com a diferença. Exige-se uma atitude viril, ágil, com prontidão servil para avançar o mais rápido possível, mesmo que isso interfira nos espaços públicos, nas regras, nos direitos e nos espaços de outrem.

É nesse contexto que as propostas de Larrosa (2002) parecem pertinentes e desafiadoras, precisamente por lançar-se na contramão das forças impositivas, viris e rudes. A experiência que Larrosa (2002) propõe parece exigir um tempo sem utilidade ou pressa, alongando-se em pausas e silêncios, tendo como princípio um sujeito mais disponível, mais aberto, mais receptivo; de uma passividade feita de atenção, paixão; exposto ao novo e aos riscos das novas travessias, aos olhares de estrangeiro, demorando-se nos detalhes, dando-se tempo para olhar, escutar, sentir e suspender o automatismo, a pressa do juízo e da vontade.

Essa proposta possui impacto imediato no cotidiano universitário, na qualidade das relações entre os estudantes, por exemplo, mas tam-

bém na relação e na construção do conhecimento. Um conhecimento não mais voltado para a acumulação infinita e insaciável de informações, mas comprometido e entrelaçado com a existência e, como tal, inseparável do indivíduo que a vivencia, implicando em produções singulares, heterogêneas e plurais. Comprometer-se com um “saber da experiência” é lançar-se da mesma forma como um estrangeiro que chega a um novo país ou a uma nova cidade, em que os sentidos estão disponíveis para desvelar e conhecer o que já é natural e indiferente para os habitantes locais, assim como os “espaços vazios” (BAUMAN, 2001), é encontrar-se em travessia, exposto, disponível.

Com uma arrogância não isenta de certa vontade de provocação, Nietzsche exige para si mesmo “leitores perfeitos, filólogos rigorosos”, pessoas capazes de “ler devagar, com profundidade, com intenção profunda, abertamente e com olhos e dedos delicados”. Sabe que a arte da leitura é rara nesta época de trabalho e de precipitação, na qual temos que acabar tudo rapidamente. Os “leitores modernos” já não têm tempo de esbanjar em atividades que demorem, cujos fins não se vêem com clareza, e das quais não podem colher imediatamente os resultados. (LARROSA, 2005, p. 14)

Larrosa (2005) continua comentando que os leitores contemporâneos só se dedicam a uma leitura interessados em uma atividade futura, como a escrita de uma resenha, um trabalho, um próximo livro, de consumo rápido. O autor propõe uma leitura lenta, descompromissada, em profundidade, tomando tempo, sem uma intencionalidade imediata, ou ainda, sem esperar nada em troca.

Desta forma, Larrosa (2005) também nos provoca pensar sobre as práticas da universidade e, então, podemos retomar o ponto que trouxemos de Coulon (2008) no início do capítulo, quando ele se refere à quase ausência de uma pedagogia universitária. À primeira vista, pensar na proposta de Larrosa (2005) para a universidade parece ser absurdo, justamente pelo fato da indiferença pedagógica desta para com os processos vividos pelos estudantes, no que ignora o exigente trabalho de aprendizado do ofício de estudante que todo calouro precisa operar.

Ao ler com atenção o livro de Coulon (2008), identificamos propostas para uma “pedagogia da afiliação”, na qual a universidade deve favorecer e não dificultar o processo de passagem para a condição de estudante, marcada por intensas rupturas. A universidade pode – propõe o sociólogo francês – semestralizar o ensino no primeiro ano, orientar seus professores para um maior cuidado e indulgência com os trabalhos e avaliações de calouros, contribuindo, assim, para a transição entre práticas, tão distantes, como as do ensino médio e aquelas do ensino superior. Além disso, os professores podem acompanhar seus alunos quanto às possíveis trajetórias dentro da universidade, oferecendo apoios que façam progredir seu processo de afiliação.

Podemos acrescentar ainda, cuidados da universidade com as políticas de acesso e de permanência, viabilizando economicamente a permanência com bolsas de estudo, de moradia e de alimentação, fomentar as discussões sobre a própria universidade através de grupos de estudo, de linhas de pesquisa, congressos e programas de pós-graduação, além de se repensar as pedagogias para o espaço e o tempo universitários. Como discutimos anteriormente, a universidade necessita expandir o acesso aos seus serviços, para além do número de vagas atualmente disponíveis, mas também garantir equipamentos de qualidade, como, por exemplo, bibliotecas bem equipadas, centros de informática com uso garantido, sem o recurso à mendicância ou sujeição a longas filas de espera, e aparato administrativo capaz de disponibilizar informações claras aos estudantes.

A dimensão espacial será tocada, mais demoradamente, em outro texto deste livro, quando discutiremos a interdição do Pátio Raul Seixas para reforma de um dos prédios da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Porém, desde já, acrescentamos que a universidade tanto pode contribuir para o processo de afiliação como dificultá-lo através da criação ou da manutenção de espaços que acolham atividades e encontros dos universitários, professores e funcionários. As preocupações da universidade não devem se restringir à garantia do número de salas suficiente, em meio a uma arquitetura indiferente, que

perde de vista a necessidade do estudante permanecer mais tempo na universidade e exercitar laços de proximidade com a instituição e com os outros estudantes. Ao contrário da ideia de intimidade, a nova arquitetura, que invade também as universidades, está disposta, segundo as definições de Bauman (2001), sobre os “não-lugares”, que desencorajam a vontade de permanecer, de criar relações e preenchê-los de expressões simbólicas.

Podemos pensar também nas inúmeras implicações de como a universidade poderia dispor do tempo. Porém, finalizando, tocamos nas práticas correntes entre professores, que poderiam repensar a qualidade e o volume de leituras e trabalhos exigidos, privilegiando a utilização mais profunda e cuidadosa das leituras, e não se limitando a atividades em que se sentem qualificados em sua função, ao impor uma infinidade de textos que serão tratados displicentemente e sem o necessário acompanhamento dos processos de apropriação das leituras pelos alunos.

Se a pressa, a competitividade e a alta velocidade são condições atuais de relação nas grandes cidades, como a universidade deve posicionar-se? A universidade, enfim, freia os processos de aceleração, de competição e de pauperização das relações sociais, ou estaria, ao contrário, contribuindo ainda mais para a sua multiplicação?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar. *Universidade Nova: textos críticos e esperançosos*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- AGOSTINHO, Santo. *Vida e Obra*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- COULON, Alain. *A Condição de Estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

- COMTE-SPONVILLE, André. *O Ser-Tempo: reflexões sobre o tempo da consciência*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- LARROSA, Jorge Bondía. *Nietzsche e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A Universidade do século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 23, 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>> Acesso em: 07 maio 2010.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.